

Luta armada durante a ditadura civil-militar: a ressignificação de figuras e símbolos no Brasil pós 2018.

Raphael Bruno Silva de Oliveira¹

Lucas André Penha dos Santos²

Resumo

Este artigo debate a importância do estudo da História frente à construção de narrativas que abordam personagens atuantes no período da ditadura civil-militar no Brasil, e da tentativa de ressignificação das figuras históricas e suas atitudes dentro de um estado de exceção vivido durante aquele período. A perspectiva de análise se baseará na investigação do ativismo de Carlos Marighella à frente da Aliança Libertadora Nacional (ALN), bem como nas ações de repressão sofridas pelo militante. O estudo faz-se urgente dado o recente cenário de desconfiança que põe em xeque os esforços investidos no processo de redemocratização nacional. A partir de uma análise historiográfica, o artigo espera tornar transparentes – logo, órfãos de qualquer afeição ideológica – os despotismos prevalentes no período ditatorial e se propõe a uma denúncia de atitudes e comportamentos hodiernos que sejam convergentes aos da supracitada época.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Carlos Marighella; Aliança Libertadora Nacional.

Introdução

Uma vez pertencente ao campo de estudo das chamadas ciências humanas, a história é colocada sob o julgo dos mais variados exames. De um lado, há aqueles que se fazem positivos, destinados ao movimento orgânico de evolução epistemológica da ciência histórica (são exemplos de tal, os processos teórico-metodológicos de renovação crítica e o surgimento de novas escolas, perspectivas, vias e correntes de análise). No sentido contrário, fazem-se presentes não articulações em prol do surgimento, consolidação e manutenção das estruturas de reflexão, pesquisa e divulgação do conhecimento, mas práticas carregadas de promiscuidade, descompromisso e ausência

¹ Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Graduado em História pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. E-mail: rapherabruno@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: llucasandre.94@gmail.com

de rigor, que, por sua vez, contribuem única e exclusivamente, para o desprestígio da história social.

Fato é que o desserviço imputado por tais práticas não desmerece apenas o exercício crítico e humanista do (a) intelectual/acadêmico (a), muito pelo contrário: ele, cada vez mais, adentra e tem implicações diretas no comportamento, no ideário e nos pontos de vista da esfera do cotidiano; forjando uma espécie de “teoria contestadora de tudo e de todos” que, por sua vez, não se encontra amparada em nada que não seja o desencontro, a inexatidão e a tolerância e sensibilidade para com a desinformação.

Fake News, mentira, desinformação, subversão, falseamento, etc.; seja qual for o termo adotado, as formas de dissimulação sempre se fizeram presentes na ordem do dia, e, em sua grande maioria, adquiriram – e continuam adquirindo – o tom de uma naturalidade embebida por uma falsa consciência, tal como o caso da banalidade do mal expressa através da figura de Eichmann, destacado por Arendt (1999).

Banal – porque comum ao prosseguimento histórico da sociedade – a mentira se assevera quando não se encerra em si mesma. Nessa medida, quando a mesma faz parte do *modus operandi* de um sistema, quando figura como seu principal estratagema e artifício de reprodução, ela se torna perversa. A perversidade do ato é aqui reconhecida e destacada uma vez que, para atender ao sustento de um projeto, política, governo ou ideologia nefastos, a distorção promovida pela mentira exige uma produção constante de falseamentos e desarranjos como as bases de sua ação.

Feuerbach (2013), por meio do embate entre aparência-essência, já acusava o fascínio humano pelas formas de representação, e, de mesmo modo, inferiu que a tonalidade sacra que rodeia a ilusão outrora produzida aumenta na mesma medida em que a verdade decresce.

De forma análoga – logo, reconhecendo o movimento desproporcional entre a produção de ilusões e o enfraquecimento da verdade –, Debord (1997), batizando a devoção às aparências artificiais de *espetáculo*, destaca que

O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, ‘a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem. (*Ibidem*, 1997, p.138).

Dialogando numa perspectiva de concretude³, ao examinar a estrutura de funcionamento de aparências produzidas artificialmente – logo, estrategicamente –, Baudrillard (2015) chama a atenção para o fato de que os objetos idealizados de forma inorgânica possuem uma intencionalidade específica que, por sua vez, tem, como principal aspecto, a contradição. Assim, mais do que agir em prol de um discurso dissuasivo, os objetos/mercadorias se oferecem como uma solução falsa para um determinado fim.

De tal modo, a mercadoria, sobretudo a mercadoria do sistema capitalista, figura como um dos instrumentos mais complexos e bem-acabados de manipulação, uma vez que concentra – em sua concepção, produção e oferta – um discurso falseado, prometendo ser aquilo que não é, e oferecendo aquilo que não pode cumprir (HAUG, 1997). Destarte, apreende-se aqui a mercadoria capitalista enquanto uma espécie de materialização da mentira, ofertada, de bom grado, à toda sociedade. Sobre a mercadoria, Haug (1997, p.79) indica que:

De fato, há uma certa perfídia na adulação exercida pelas mercadorias: o que elas acionam ao se oferecerem acaba sendo predominante. Os indivíduos servidos pelo capitalismo acabam sendo, ao final, seus servidores inconscientes. Eles não são apenas mimados, distraídos, alimentados e corrompidos. Na peça ‘A importância de estar de acordo’, de Brecht, examina-se se o homem ajuda o homem. O terceiro exame - um número com palhaços - mostra o que ocorre quando o capitalismo ajuda o homem. Servir aqui significa amputar. Quem se senta, talvez nunca mais se levante. Ajudar significa criar dependências (e aproveitar a valer). É essa a dinâmica da produção de mercadorias no capitalismo avançado.

No sentido em que o artigo se debruça na reflexão acerca da construção de narrativas estranhas à atuação de figuras históricas, cabe, agora, a análise e exposição/denúncia de fatos que rememorem quaisquer indícios de ressignificação de personagens caros à história nacional. No caso do estudo vigente, fez-se escolha pela figura de Carlos Marighella.

Metodologia

Uma vez que se propôs ao exame da construção de narrativas e de personagens atuantes durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, bem como a investigação de possíveis aproximações – no que tange as estratégias de ação por parte do governo,

³ No sentido da análise de estruturas materiais.

da mídia e do Estado –, o artigo fez uso de uma análise historiográfica enquanto principal procedimento de ação.

Num primeiro momento, como o fito de introduzir o funcionamento geral das formas de manipulação, o estudo contou com um levantamento bibliográfico interdisciplinar, utilizando, sobretudo, produções da filosofia, da sociologia e da ciência política.

Não menos importante, posteriormente, a reflexão trazida no início do artigo foi relacionada como a reflexão crítica acerca da trajetória do *indivíduo de pesquisa*. A presente etapa contou com um garimpo e análise de diversos materiais, a se destacarem: matérias de jornais, cartas e demais produções bibliográficas. Ainda, destaca-se que a análise realizada obedeceu a constante inter-relação entre a teoria trazida pela revisão da literatura e a análise de documentos e acontecimentos relativos ao período trabalhado e à atualidade.

Resultados e discussão

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, que foi estabelecida entre os anos de 1964 a 1985, o país viveu um dos seus períodos mais obscuros, principalmente na relação de poder com o qual o Estado tratava os direitos humanos, e que se torna ainda mais obtuso quando promulgado o Ato Institucional de número 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, onde, por tamanho endurecimento das políticas repressivas do Estado, tal ato ficou conhecido como o “Golpe Dentro do Golpe”.

Dentro desse contexto de escalada de violência a direitos básicos do ser humano promovida pelo Estado Brasileiro, se percebe um crescimento de grupos que optam pela luta armada, como também grupos que já são fundados sob a premissa do combate ao Estado de maneira mais violenta.

Numa ótica historiográfica, pode-se imaginar que naquele estado de exceção, as relações entre indivíduos que estavam lutando contra um governo opressor, e, também, o próprio Estado, que se utilizou do seu aparato governamental para combater estes grupos, sejam relações complexas e que não podem ser simplificadas por um debate raso e de cunho político.

Com base nesses fatos, pode-se analisar a fundação da ALN (Aliança Libertadora Nacional), que foi um dos grupos criados sob a premissa da luta armada, formando uma organização que nasceu a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), incentivada por divergências internas dentro do partido, onde, no ano de 1967, logo após uma conferência que ficou conhecida como Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada na cidade de Havana, em Cuba, esses dissidentes, que tinham uma visão mais violenta da organização da resistência ao Golpe no Brasil, foram, definitivamente, expulsos do partido (MAGALHÃES, 2012).

Carlos Marighella, que já tinha redigido uma carta de renúncia à Comissão Executiva Nacional do PCB no ano de 1966, é um destes dissidentes e um dos membros fundadores da ALN, que, já no ano de fundação, começa a atuar em ações armadas contra instituições financeiras onde o principal objetivo era o de financiar e estruturar a luta armada no Brasil.

Dentro da lógica de guerrilha expressa pela organização da Aliança Libertadora Nacional através de panfletos e manifestos, todas essas expropriações tinham um sentido político claro, e, segundo a organização armada, não poderiam ser classificados como roubos comuns, pois eles aconteciam com o objetivo de denunciar e combater todas as atrocidades promovidas pelo Estado, sendo assim, essas atitudes tomadas contra esse Estado, estariam justificadas (MAGALHÃES, 2012).

Tais justificativas estão expressas em diversos documentos distribuídos pela organização da ALN e dentre eles pode-se destacar o “Manifesto Ao Povo Brasileiro” onde, em um de seus trechos, Marighella cita:

“A guerrilha ataca todos aqueles que oprimem ou colaboram com a opressão da ditadura. Expropria os grandes capitalistas, ataca a polícia levando suas armas, justiça, agentes e espiões da polícia, sequestra personalidades para trocar por revolucionários presos. A guerrilha tira do inimigo tudo aquilo que é útil para a luta do nosso povo⁴.” (MARIGHELLA, 1969, p.2).

Durante aquele período, os personagens envolvidos em tais atos estavam dentro de um contexto específico, analisar estes fatos se utilizando de anacronismos pode gerar

⁴ Citação retirada da “Mensagem de Carlos Marighella ao povo brasileiro” – carta escrita pelo militante, direcionada ao povo brasileiro. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/docs-sabbag/sabbag-doc-3-carta.pdf>>.

distorções históricas graves, que normalmente são utilizadas para corroborar narrativas pré-estabelecidas por personagens políticos e que vêm se intensificando, principalmente, no Brasil, pós-segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, quando, na tentativa de se criar um ambiente de instabilidade política no país, se apela também para uma abordagem histórica distorcida da realidade em busca de justificativas para decisões políticas contemporâneas.

Estas narrativas que começam a se intensificar, e, que, no Brasil, são alimentadas por uma extrema direita que até então tentava ascender ao poder, buscam construir um cenário de incertezas e medo, seja o medo de um inimigo imaginário que historicamente nunca existiu, ou o medo de algo que conceitualmente não faz sentido algum na construção racional da sociedade, mas que precisam sempre estar no debate para que o próprio medo seja o combustível pela busca de uma solução para problemas inventados.

É comum se deparar com pessoas que, alimentadas por um discurso totalmente fora da realidade, busquem uma proteção contra um *Marxismo Cultural* que quer reger o mundo através de uma dominação dos meios intelectuais (WIGGERSHAUS, 1994), tudo isso se utilizando de narrativas que apelam sempre para um universo paralelo, repleto de simplificações de temas complexos.

Viu-se que a dissuasão possui uma narrativa baseada na enganação e, que, para além disso, a mesma se complexifica ao ponto de adquirir uma materialidade que se encontra estampada nos mais diversos produtos. Não seria difícil imaginar, então, sua capacidade de inserção em matrizes discursivas compreendidas pelos mais variados meios; a se destacarem: as redes sociais (na atualidade), a mídia e até o governo⁵ (a distorção promovida por esses dois últimos, foi, inclusive, quase que emblemática de um passado brasileiro não tão distante).

A figura 1 pode ser utilizada como um demonstrativo direto dos caracteres de capilaridade e persuasão quando amparados – e obedientes –, no caso específico da imagem, a um arranjo totalitário.

⁵ Em seu “*discurso sobre a servidão voluntária*”, Étienne de La Boétie (2017) já destacara a bestialização dos súditos como uma das principais formas de alienação utilizadas pelo tirano.

Figura 1 – ‘Marcha Pela Família com Deus Pela Liberdade’.



Fonte: O Globo, 2021.

A “Marcha Pela Família com Deus Pela Liberdade” (figura 1) compreendeu uma série de manifestações populares pré-intervenção militar que concentrava reivindicações baseadas em ideais falseados e, quando não, autoritários. Amparado pelos signos da família e da religião, e contando com o auxílio de esferas empresariais e institucionais (destacando-se, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP), o movimento pleiteava uma ação enérgica e hostil contra *pseudo-processos*, a exemplo do “imminente perigo comunista” que cerceava o país.

O uso da família e da religião enquanto “valores” utilizados em nome da subversão do pensamento e da produção de indignações e/ou insatisfações não é uma estratégia recente. Debord (1997) já os reconheceu como um dos mais eficientes instrumentos do *espetáculo*. Para o autor:

A sobrevivência da religião e da família – a qual continua sendo a principal forma de herança do poder de classe –, e, por isso, da repressão moral que elas garantem, pode combinar-se como uma só coisa com a afirmação redundante do gozo *deste* mundo, sendo este mundo produzido justamente apenas como pseudogozo que contem em si a repressão. À aceitação dócil do que existe pode juntar-se a revolta puramente espetacular; isso mostra que a própria insatisfação tornou-se mercadoria [...]”. (*Ibidem*, 1997, p.40).

Parte constitutiva do autoritarismo brasileiro, a mentira conquista uma atuação desimpedida quando o assunto é o seu objetivo final. Seja quando utilizada enquanto materialidade – no caso do processo de reprodução e valorização da mercadoria capitalista – ou enquanto ideal – no caso da geração e propagação de narrativas falseadas direcionadas à sociedade –, a mentira, na medida em que atende a projetos e agendas cada vez mais despóticos, não se encerra apenas com o convencimento, mas é cultuada e enaltecida pelo enganado.

Tais atitudes, que visam vilipendiar o contexto histórico e a luta pela redemocratização pós golpe de 64, tentam criar um ambiente hostil àqueles que se dispuseram a tomar parte e que se posicionaram no extremo oposto à violência promovida pelo Estado, muitas vezes os categorizando como meros criminosos, como se naquela época todo o contexto social e político fosse algo estável, respeitável, democrático e pacífico, onde, a análise histórica daquela época indica que se tratava do oposto a isso, sendo um período de forte repressão a pensamentos contrários ao regime. Carlos Marighella teve a sua vida política cunhada sob a força da violência desde a ditadura Getulista, onde foi preso e torturado em duas ocasiões diferentes (MAGALHAES, 2012) e, desde os anos 40, Marighella foi levado à clandestinidade, quando perde o cargo de Deputado Federal na ocasião em que seu partido (PCB - Partido Comunista Brasileiro) passa pelo processo de proscrição, culminando, assim, na perda do cargo de Deputado Federal Constituinte, ao qual ele foi eleito após a reabertura política em 1946.

Um mês após ser declarado vago o cargo de Presidente da República e uma junta militar assumir o poder que só seria entregue ao povo em 1985, Marighella foi um dos primeiros personagens a sentir a força e a violência do Estado, quando foi baleado e preso por agentes do DOPS num cinema do Rio de Janeiro, se tornando um preso político sem nenhuma acusação oficial, onde, mais uma vez, o ex-deputado sentiu o peso da violência do Estado. Posteriormente, Marighella deixa de vez o PCB e adere a luta armada no Brasil, chegando a se tornar o inimigo número um da ditadura militar depois que organiza e executa o sequestro do embaixador estadunidense, Charles Elberick.

Para algumas pessoas é conveniente ignorar o contexto de abusos promovidos pelo Estado Brasileiro e rotular como terrorista alguém que um dia teve a necessidade

de apelar às armas para lutar pela volta dos seus próprios direitos e dos direitos de toda uma nação que, naquele momento, foi usurpada. Para essas mesmas pessoas, também é necessário ignorar todo um debate promovido pela Anistia Nacional e pela Comissão da Verdade que, no ano de 1996, concedeu a anistia póstuma à Marighella, buscando reparar os danos promovidos pelo Estado.

Todas essas narrativas, baseadas na negativa de uma realidade complexa e amplamente discutida, geram atos de violência por parte de extremistas que, nos dias de hoje, vão vandalizar o monumento construído na Alameda Casa Branca, local da emboscada que acabou vitimando o guerrilheiro, cujo principal objetivo é conscientizar as pessoas daquele duro período de ditadura. O monumento, que é uma pedra de granito bruto, fincada em uma das calçadas da rua que Marighella foi assassinado, foi criado pelo arquiteto Marcelo Ferraz e erguido no ano de 1999, onde se faziam 30 anos da sua morte.

A vandalização deste monumento demonstra que o ódio foi e é alimentado através da dissimulação, que, atualmente é disseminada através das redes sociais, tendo consequências diretas no mundo real. Aqui, tratam-se de mundos distintos, real e virtual, mas, apesar de separados, as trocas e interferências que acontecem em um, acabam gerando atitudes e criando consequências no outro, por isso que se faz necessário adentrar nas camadas mais profundas do nosso conhecer histórico, através da promoção de debates e da conscientização, que podem ajudar a combater a maneira simplória e perigosa na qual todos estes temas são tratados. Deixar patente que o mundo é um emaranhado de visões e vivências é papel fundamental do historiador que se preocupa com o mundo atual, por isso, é preciso estar atento (a) e forte para que não se caia nestes simplismos da nossa contemporaneidade.

Conclusões

A dissimulação, consubstanciada pela idealização e disseminação de narrativas falseadas, marcou o período correspondente à ditadura civil-militar brasileira. O dado processo teve uma influência direta na deturpação da imagem, da ação e do legado de figuras históricas que, por meio de sua militância, exerceram um importante papel na reivindicação, luta e conquista de um estado democrático de direito.

Estratégias análogas de subversão da verdade se fazem presentes na atualidade, utilizando, como principal artifício, as redes sociais como forma de propagação. A

continuidade da disseminação da mentira não se limita ao flagelo do legado de homens e mulheres que mantiveram uma postura de coragem, guiada pelo humanismo durante o período ditatorial; a manutenção da postura intransigente e autoritária, baseada na reprodução da mentira e na violência, cada vez mais alimenta discursos de ódio e constrange a ação daqueles (as) que lutam pelo projeto de uma sociedade plural, inclusiva e democrática.

Referências

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOÉTIE, Étienne de La. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Bauru: Edipro, 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O GLOBO. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/50-anos-depois-conservadores-tentam-reeditar-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-11918175>>. Acessado em: 20 de setembro de 2021.

WIGGERSHAUS, Rolf. **The Frankfurt School: Its history, theories, and political significance**. Massachusetts: MIT Press, 1994.